

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Presidente Prudente, julho de 2008, número 7. ISSN 2177-4463.

O BOLETIM DATA LUTA é uma publicação do  
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**“UMA LEITURA DA LEITURA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS”** Leia na página seguinte.

### ARTIGO DO MÊS

**Sombras da ditadura militar pairam sobre Raposa Serra do Sol**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

VIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica- Evolução Tecnológica e Climatologia Alto Caparão (MG)- 24 a 29 de agosto de 2008

X Encuentro Internacional Humboldt “*El Mundo como Geografía*”,  
Rosario – Argentina 13 a 17 de outubro de 2008

XII Encuentro de Geógrafos de América Latina “*Caminando en una América Latina en transformación*”, Montevideo (Universidad de la República), 3 a 7 de abril de 2009.

### PUBLICAÇÃO

#### **Transgênicos: As sementes do mal**

As plantas transgênicas se expandem de forma descontrolada. Corrupção, pressões, denúncias, investigações, falsificação de contratos e de estudos científicos, bem como a eliminação de pequenos agricultores do processo produtivo integram o arsenal do seu império econômico. O livro de Antônio Inácio Andrioli e Richard Fuchs discute este tema polêmico.



Elaborado por Fernanda Bertuqui Marzola e Nallígia Tavares de Oliveira. Pesquisadoras do NERA – Bolsistas Ciência na Unesp.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **Uma leitura da leitura de José de Souza Martins**

**Bernardo Mançano Fernandes**  
**Coordenador do NERA**

Nos últimos trinta dias, diversos jornais divulgaram os resultados da confrontação de dados de ocupações de terras publicados no Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - 2007. No dia 13 de julho de 2008, o sociólogo José do Souza Martins, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, página J5, comenta os dados, a seu modo, a partir de matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, página A4, do dia 7 de julho de 2008. Seus comentários se baseiam em dois pontos: um suposto inchaço estatístico e a não confirmação da amplitude da luta pela terra.

O comentário sobre o “inchaço estatístico” é muito comum entre os estudiosos da questão agrária que não se dão ao trabalho de analisar os dados. As 7.561 ocupações registradas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ouvidoria Agrária Nacional – OAN e DATALUTA são uma aproximação da realidade. Este número é resultado do esforço para acompanhar a luta pela terra, mas não temos garantias que todas as ocupações foram registradas. Esta hipótese tem como base o fato de que as referidas fontes registraram concomitantemente 14% ocupações. A CPT e a OAN juntas registraram 27%. Separadamente, a CPT registrou 41% das ocupações. A OAN registrou 18%. Há, portanto, a possibilidade de que algumas ocupações não foram registradas.

Na análise detalhada dos dados, constatamos ainda que nas 7.561 ocupações participaram 1.119.654 famílias no período de 20 anos (1988 a 2007) e não 19 anos como publicou o Estadão. Todavia, não temos os números de famílias de 867 ocupações. O que significa que o número é ainda maior. Portanto, qualquer especulação a respeito de um suposto inchaço estatístico pode ser facilmente questionada, pois os números tendem a ser maiores do que os divulgados.

O comentário a respeito da amplitude da luta pela terra poderia ter sido mais bem trabalhado. Pois os dados representam a intensidade e a quantidade. Isto porque não estamos registrando ainda os conflitos territoriais, mas apenas a ação de ocupar. De modo que muitas ocupações podem ter ocorrido no mesmo imóvel, mas o objetivo do registro é exatamente o de registrar o número de ações e não o número de imóveis ocupados. Portanto, o número não é menor. Neste ponto há uma questão que parte dos estudiosos não considera. A ocupação é uma referência importante para a política de reforma agrária. Elas são a principal forma de acesso à terra. Sem as ocupações a maior parte dos assentamentos não existiria. As ocupações são a materialização da reforma agrária.

Martins se aventura ao afirmar que o problema agrário do Pontal do Paranapanema, por exemplo, é uma questão partidária. Ele sabe que é uma questão maior. Territórios de intensos conflitos registrados pelo DATALUTA, em São Paulo, Pernambuco e Pará possuem histórias de conflitualidades específicas que incluem diversos fatores. De um lado, a grilagem, o latifúndio, o agronegócio e o desemprego. De outro, a resistência de diversos movimentos camponeses

organizados que disputam frações dos territórios grilados e controlados para expansão do latifúndio e do agronegócio. É contra esta expansão desterritorializante que o MST e a CPT lutam, e que os tornam modernos em uma conflitualidade atualizada pela modernidade que os criminalizam. Neste ponto, Martins tem razão. Mas, seria melhor se ele utilizasse em suas leituras outras referências, além do Estadão.